



**FÓRUM DE
COORDENADORES DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM SAÚDE COLETIVA**

Carta aos periódicos científicos: Em defesa da pluralidade epistemológica e do compromisso ético na avaliação científica

Brasília, 01 de agosto de 2025, no 1º Curso de Fortalecimento da Pós-Graduação em Saúde Coletiva Brasileira.

O Fórum de Coordenadoras e Coordenadores de Pós-Graduação em Saúde Coletiva no Brasil, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), vem por meio desta carta denunciar publicamente as dificuldades sistemáticas enfrentadas na divulgação da produção científica desenvolvida em nossos espaços acadêmicos, sobretudo, quando essa produção se ancora em abordagens críticas, decoloniais, contra-hegemônicas, regionais e locais.

Destacamos que é recorrente o não encaminhamento de manuscritos para avaliação por pares, sendo sumariamente rejeitados ainda na triagem editorial inicial, sob argumento de ausência de densidade teórica, analítica e fora do escopo do periódico, principalmente os artigos da subárea de Ciências Sociais e Humanas, muitas vezes, sem justificativas transparentes. Tal prática compromete gravemente a circulação de conhecimentos que nascem do diálogo com os territórios, com os saberes populares e com as experiências vividas por populações historicamente marginalizadas.

Por outro lado, observa-se que manuscritos que rompem as barreiras da triagem inicial e seguem para a etapa de pareceres, amiúde recebem avaliações descoladas da proposta epistemológica e metodológica dos trabalhos. Verifica-se, com frequência, uma postura avaliativa enviesada e positivista, com julgamentos descontextualizados, que desconsideram os marcos teóricos decoloniais, os aportes das epistemologias do Sul e as abordagens metodológicas contra-hegemônica, resultando em pareceres desqualificadores, por vezes ofensivos, racistas e sem o devido rigor acadêmico.

Destacamos também a ausência de sensibilidade na análise de trabalhos que abordam questões étnico-raciais, de gênero, de diversidade sexual, religiosa, capacitismo e territoriais - regionais e locais. Os temas, por sua complexidade e enraizamento social, exigem não apenas conhecimento técnico, mas um olhar atento às especificidades políticas, históricas e culturais que os atravessam.

É preciso repudiar recorrente recusa de manuscritos em periódicos científicos quando estes tratam de realidades locais e regionais. Sob a justificativa da busca por “estudos populacionais” ou de “ampla abrangência nacional”, muitas revistas invisibilizam produções densas e rigorosas que abordam especificidades territoriais e socioculturais fundamentais para o entendimento



**FÓRUM DE
COORDENADORES DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM SAÚDE COLETIVA**

das desigualdades e iniquidades em saúde e das formas de resistência e cuidado construídas nos territórios. Essa postura revela uma lógica de exclusão epistemológica, que relega o conhecimento situado a um papel secundário, negando sua relevância científica e seu potencial de impacto social.

Reivindicamos que esses trabalhos sejam avaliados por pareceristas com formação, trajetória e compromisso ético e político com tais temáticas. E que compreendam o valor das abordagens locais e regionais para a conformação do Sistema Único de Saúde e para o desenvolvimento político e científico da saúde coletiva.

É imperativo que os periódicos científicos, especialmente na área da Saúde Coletiva, assumam seu papel na promoção da pluralidade científica e da justiça epistêmica. Isso significa:

- 1. Garantir que manuscritos alinhados a perspectivas epistemológicas e metodológicas críticas e decoloniais, que tratem de populações invisibilizadas ou abordem contextos regionais e locais sejam ao menos encaminhados para avaliação por pares;**
- 2. Assegurar que os/as pareceristas designados/as tenham familiaridade com os referenciais teóricos e metodológicos utilizados;**
- 3. Zelar pela qualidade ética, técnica e respeitosa dos pareceres emitidos; e**
- 4. Promover comitês editoriais mais diversos, capazes de acolher a complexidade dos debates contemporâneos em saúde.**

A ciência não é neutra. O processo editorial também não. E, justamente por isso, é urgente que os espaços de publicação científica deixem de reproduzir barreiras estruturais e epistemológicas que insistem em silenciar vozes, práticas e saberes essenciais à construção de um campo de conhecimento verdadeiramente democrático, comprometido com a transformação social e a equidade.

Seguiremos lutando para que a Saúde Coletiva não se afaste de seus princípios fundantes: a defesa da vida, da justiça social, da equidade e da pluralidade de saberes.

Atenciosamente,

Fórum de Coordenadores e Coordenadoras de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).